

HABEAS CORPUS Nº 515.231 - SP (2019/0167394-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MAIRA FERREIRA DIAS - SP330196
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KAUE VINICIUS PAINELLI DE BRITO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de KAUE VINICIUS PAINELLI DE BRITO no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente, juntamente com outros corréus, foi condenado ao cumprimento da pena de 6 anos e 5 meses de reclusão e pagamento de 15 dias-multa, no regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para minorar a pena do paciente, nos termos a ementa ora transcrita (e-STJ fl. 45):

SENTENÇA CONDENATÓRIA DOS RÉUS PELA PRÁTICA DO DELITO DE ROUBO MAJORADO (CP, ART. 157, § 2º, INCISOS I E II) APELO DA DEFESA DE KAUE ARGUINDO PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL ARGUMENTOS SOBRE ALEGADA INSUFICIÊNCIA DA PROVA PARA BUSCAR A ABSOLVIÇÃO, DEDUZINDO-SE PEDIDOS SUBSIDIÁRIOS DE REDUÇÃO DAS PENAS E FIXAÇÃO DE REGIME MAIS BRANDO.

NULIDADE PROCESSUAL INOCORRIDA RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO NA FASE INQUISITIVA QUE NÃO SE AFIGUROU IRREGULAR DESIMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO PROCEDIDO NA DELEGACIA POLICIAL SEM CONTRADITÓRIO QUANDO A CONDENAÇÃO SE ARRIMA EM OUTROS ELEMENTOS PROBANTES PRECEDENTES PRELIMINAR AFASTADA.

DESCABIMENTO MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS BEM PROVADAS PRÁTICA DO DELITO PATRIMONIAL EM COMPARSARIA MEDIANTE O EMPREGO DE ARMA QUE RESTOU INEQUÍVOCA PALAVRAS DAS VÍTIMAS CONSIDERADAS COM PRIMAZIA, INFIRMANDO-SE AS NEGATIVAS DE AUTORIA CONDENAÇÃO MANTIDA, DESCABENDO A EXCLUSÃO DAS MAJORANTES DOSAGEM DAS PENAS CORRETA QUE NÃO MERECE REPAROS, EXPOSTA

MOTIVAÇÃO BASTANTE, BEM FIXADO O REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO E INDEFERIDA A BENESSE DA SUBSTITUIÇÃO RECURSO DESPROVIDO.

Na presente impetração, a defesa asserir que "há de se ressaltar que o regime de pena é justamente o objeto de discussão nos Embargos de Declaração interpostos pela Defensoria Pública, pois entende a Defesa ser caso de fixação de regime semiaberto, tendo em vista que a pena base fora fixada no mínimo. Assim, a execução provisória da pena em regime mais severo configura evidente prejuízo ao paciente" (e-STJ fl. 5).

Aduz que, "para chegar à graduação da pena, a Colenda Câmara Julgadora do Recurso de Apelação utilizou o critério criado pela jurisprudência que estabelece a seguinte tabela: uma causa de aumento, majoração de 1/3; duas causas de aumento, majoração de 3/8; três causas de aumento, majoração de 5/12; quatro, 7/16; e cinco, majoração de metade" (e-STJ fl. 7).

E ainda que " a E. 04ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo houve por bem manter o regime fechado para início de cumprimento de pena, com motivação inidônea, pois está relacionado apenas na prevenção e a repressão do delito perpetrado" (e-STJ fl. 9).

Assim, pugna pela suspensão do cumprimento da pena do paciente e a revisão da dosimetria levada a efeito nas instâncias ordinárias.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Como não veio ao processo a prova de oposição dos embargos de declaração, consultei o andamento do recurso originário perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e não consta a oposição dos aclaratórios, estando o processo, desde

11/6/2019, aguardando a ciência do Ministério Público estadual.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator